

Dossier: Angola

A crise humanitária e o desafio da reintegração

João José Fernandes

Com a assinatura do cessar-fogo, as atenções em Angola centram-se na grave situação humanitária. A reintegração dos deslocados, num contexto de reabilitação pós-guerra, é um elemento fundamental, tanto em termos económicos e sociais como devido à sua importância no processo de pacificação e reconciliação nacional. As Nações Unidas consideram a crise humanitária em Angola como uma das piores do mundo. Durante mais de três décadas de guerra, um terço da população – quatro milhões de pessoas – viu-se forçado a abandonar as suas casas e terras e a fugir para lugares mais seguros. Quase meio milhão de angolanos fugiram do seu país e refugiaram-se no estrangeiro. Nos últimos meses da guerra, até à assinatura do cessar-fogo, a 4 de Abril de 2002, mais 250.000 angolanos foram expulsos das suas casas, e viram as suas terras agrícolas e meios de sustento destruídos. A maioria destas pessoas fugiu para as capitais de província, onde as agências humanitárias tentavam estabilizar a situação. Os níveis de má nutrição nas zonas rurais tornaram-se catastróficos. O último relatório do Office for Coordination of Humanitarian Affairs das Nações Unidas (OCHA) estima que, até ao final deste ano, mais de três milhões de angolanos vão precisar de ajuda humanitária para sobreviver.

Até à assinatura do cessar-fogo, as agências humanitárias internacionais só tinham acesso a menos de 15% do país, devido à insegurança generalizada e ao elevado número de minas em todo o território. Com o final da guerra, novas áreas ficaram acessíveis. As situações mais críticas foram encontradas nas áreas onde a última fase de guerra tinha obrigado um elevado número de pessoas a fugir. Em mais de metade dos locais visitados, os níveis de má nutrição entre os deslocados e a população residente eram alarmantes. Nas áreas onde havia muitos deslocados sem acesso a água potável e saneamento básico, os níveis de mortalidade eram elevados. Até ao final de Julho, as agências humanitárias tinham conseguido estabilizar 750.000 pessoas em más condições, e dado ajuda a mais 1.800.000 pessoas.

Foram criadas áreas de acolhimento (de início chamadas “áreas de quartelamento”) para os ex-militares da UNITA e seus familiares. O acesso das Nações Unidas às áreas das

famílias só foi concedido pelo Governo de Angola no final de Maio, após a fase de desmobilização militar. A situação nestas áreas era crítica e, no final de Julho, estavam registados 312.971 familiares em programas de alimentação, cuidados primários de saúde, apoio nutricional, bens não alimentares (roupa, sabão, *kits* de cozinha, cobertores, etc.), vacinação, educação e reunificação de famílias.

Faz parte dos objectivos do Governo fechar as áreas de acolhimento e os campos de deslocados e reassentar as populações nas suas áreas de origem. O Governo de Angola definiu as “Normas para o Reassentamento de Populações Deslocadas”, um conjunto de padrões mínimos que procuram garantir a segurança e os direitos humanos das pessoas – asseguram que cada retorno seja voluntário, que terras, sementes e ferramentas sejam fornecidas, que haja um nível mínimo de administração, inclusivamente dos sistemas judiciais e das infraestruturas, e que a área esteja livre de minas. Infelizmente, estas normas nem sempre são cumpridas, nem há mecanismos para lidar com o seu incumprimento.

O Governo já identificou mais de 500 áreas em 17 províncias para o retorno e reassentamento de deslocados. Na maioria delas, porém, os serviços sociais básicos, como centros de saúde e escolas, ainda não existem. No entanto, 400.000 deslocados já regressaram às suas áreas de origem e estima-se que outros tantos regressarão até ao fim do ano. Também já chegaram 35.000 refugiados angolanos da Zâmbia e da República Democrática do Congo, e conta-se que este número duplique antes do final do ano. Os diagnósticos nas áreas para reassentamento mostram que não preenchem os requisitos mínimos das Normas governamentais, incluindo por estarem infestadas de minas e não serem facilmente acessíveis.

Em meados de Julho, a situação humanitária parecia estar a estabilizar. O acesso a novas áreas continua a aumentar e há circulação de pessoas e bens no interior do país. A proporção de bens transportados por avião, antes 60%, deve em Outubro baixar para os 20%. Nas áreas a que as agências humanitárias têm acesso, a má nutrição está a ser controlada. Dado que as pessoas vão regressando a casa e começam a cultivar a terra, a situação humanitária poderá estabilizar até ao final do ano. No entanto, melhorias na vida das pessoas vão demorar no mínimo um ano, até que a maioria dos deslocados nos campos sejam reassentados, as infraestruturas reparadas e tenha havido duas boas épocas agrícolas. Até lá, a situação continuará precária. Se a assistência humanitária não continuar, ou diminuir substancialmente durante o ano, um quarto da população pode cair

numa crise ainda mais profunda. Com a chegada da época da chuva, centenas de milhares de mulheres e crianças a viver em áreas de difícil acesso vão ficar sem ajuda humanitária durante, pelo menos, dois meses, o que vai aumentar os níveis de má nutrição e as doenças infecciosas.

No futuro mais próximo, as Nações Unidas e as ONG (como a OIKOS, a OXFAM, a CARITAS- Angola ou a ADRA-Angolana, etc.) vão prestar a maior parte da assistência humanitária. A estratégia passa por aumentar a assistência nas áreas a que se vai conseguindo acesso, estabilizar essas populações com ajuda urgente, e apoiar as pessoas que estão a regressar às áreas de origem. À medida que a situação for melhorando, é preciso trabalhar com o Governo no sentido de elaborar estratégias para a revitalização do sector agrícola, infraestruturas de saúde, escolas, sistemas de água, geração de rendimento para a população urbana, desminagem, prevenção e tratamento de VIH/SIDA, promoção da boa governação e reforma administrativa.